



JESUS, Maisla Lorany Silva de
SIMÕES, Marcelo Maranhão

INTRODUÇÃO

A Cannabis possui Canabidiol (CBD) e Tetrahydrocanabidiol (THC), capazes de tratar diversas doenças como Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), Transtorno do Espectro Autista (TEA), dores crônicas, glaucoma, Alzheimer, ansiedade, endometriose, principalmente em quadros de epilepsia em crianças.

No entanto, há uma burocratização do acesso, tendo em vista que somente é liberado judicialmente através de Habeas Corpus Preventivo, portanto é necessário analisar o papel fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS) para o fornecimento de medicamentos e custeio do devido tratamento pelo Estado e a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 1999), na função de regular, fiscalizar e administrar as substâncias.

O interesse em pesquisar o tema parte dos efeitos positivos e negativos sobre a saúde pública, dependendo da forma como é utilizada e regulamentada. Ao identificar, nas bibliografias, posicionamentos opostos, tanto a favor como contra a exploração do uso medicinal no Brasil, verificou-se que tal campo de estudo possibilita inúmeras interpretações e discussões, o que torna fundamental a elaboração de trabalhos acadêmicos para uma compreensão mais abrangente sobre o tema.

METODOLOGIA

De acordo com seus objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória; trata-se de uma abordagem de pesquisa que busca explorar um fenômeno ou problema de pesquisa de forma ampla e geral, a fim de desenvolver uma compreensão inicial e descobrir ideias e insights que possam ser úteis para pesquisas futuras mais aprofundadas.

Quanto ao procedimento, o presente trabalho adotará os moldes da pesquisa bibliográfica, que consiste em um método de pesquisa que utiliza materiais já publicados como fonte de dados, tais como livros, artigos, teses, dissertações e outros documentos escritos.

DIREITO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À SAÚDE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

De acordo com o artigo 196 da Constituição, "a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde".

O direito à saúde abrange várias dimensões, incluindo prevenção de doenças, promoção de estilos de vida saudáveis, tratamento de enfermidades e acesso a medicamentos e tratamentos adequados. Além disso, o direito à saúde envolve a proteção de grupos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social (TORRES, 1995).

Vale ressaltar que o medicamento à base de Cannabis corresponde ao princípio da dignidade humana e ao direito básico ao acesso a saúde em razão da sua eficácia; além disso, o seu uso é capaz de reduzir a quantidade de medicamentos que uma pessoa é capaz de usar para diversas doenças, como visto anteriormente.

POLITICAS PROIBICIONISTAS

No ano de 1971, ainda sob o governo militar, a Lei nº 5.276 foi promulgada, mantendo essa igualdade de tratamento entre usuários e traficantes. Além disso, essa legislação introduziu uma medida controversa: a possibilidade de oferecer denúncia mesmo na ausência de provas materiais substanciais. Mais tarde, em 1976, entrou em vigor a Lei 6.368, que trouxe uma nova abordagem em relação às penalidades para os envolvidos com drogas. A partir desse ponto, houve uma distinção mais clara entre as consequências para aqueles que comercializavam drogas, enfrentando penalidades mais rigorosas, e os indivíduos que consumiam substâncias entorpecentes (RESENDE, 2022).

Recentemente discuti a relação da legalização da Cannabis para o uso medicinal, tornando sua proibição somente para o uso recreativo. Isso mostra um grande avanço científico e jurídico, tendo em vista que facilitara o acesso a saúde e um meio de vida digna conforme preve a Constituição Federal de 1988.

A REGULAMENTAÇÃO DA CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL COMO EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ACESSO A SAÚDE

Caso o uso da Cannabis seja estabelecido como um direito fundamental ao acesso à saúde, isso poderá acarretar medidas regulatórias particulares destinadas a assegurar a qualidade, segurança e disponibilidade dos produtos. Isso pode abranger requisitos de supervisão estatal, ensaios de qualidade e diretrizes médicas (SANTOS, 2016).

Segundo informações da Organização Mundial de Saúde (OMS) referentes a 2021, o emprego do canabidiol, derivado da Cannabis, como opção terapêutica e de forma medicinal para lidar com a sintomas como o da ansiedade, demonstra a capacidade de um controle mais eficaz dos sintomas, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de medicamentos com efeitos colaterais prejudiciais (NEITZKE, 2020).

REFERÊNCIAS

- TORRES, Ricardo Lobo. Os direitos humanos e a tributação. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
NEITZKE, Fabrizio. Maconha medicinal pode ser usada para tratamentos sem causar dependência
GUERRA, Sidney; BALMANT, Lilian Marcia. O princípio da dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial. Revista da Faculdade de Direito de Campos, 2006.